ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1ª SECRETÁRIA: VEREADORA ANA RITA TAVARES (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR BECA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 20/19 da Caixa Econômica Federal informando a liberação de recursos referente a contrato da Prefeitura; Ofício n. 468/19 do Gabinete do Prefeito em resposta a pleito da CMS; Projetos de Lei n.s 270 e 271/19 do vereador Ricardo Almeida, 272/19 da vereadora Marcelle Moraes, 273/19 do vereador Demétrio Oliveira, 274/19 do vereador Marcos

Mendes, 275/19 do vereador Luiz Carlos de Souza e 276/19 do vereador Luiz Carlos Suíca; Projetos de Indicação n.s 602/19 da vereadora Marta Rodrigues, 603/19 do vereador Sílvio Humberto, 604/19 do vereador Marcos Mendes e 605/19 da vereadora Ireuda Silva; Requerimento n. 167/19 do vereador Alexandre Aleluia; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 64/19 do vereador Teo Senna e 65/19 da vereadora Marta Rodrigues; e Moções n.s 96/19 do vereador Alexandre Aleluia e 97/19 da vereadora Marcelle Moraes. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, o senhor Átila Teixeira, presidente do Sindicato dos Aplicativos (Simactter-BA), tratou sobre a regulamentação do serviço de transporte individual de passageiros por aplicativos, explicando que o serviço envolvia milhares de motoristas e tinha impacto na sociedade soteropolitana, sobretudo na economia. Rejeitou abordagens mesquinhas sobre a questão, observando que havia crise econômica, e considerou crueldade a perspectiva de eliminar 21 mil postos de trabalho. Disse esperar que os vereadores, frente ao Projeto de Lei sobre o serviço, não tomassem um caminho eivado de inconstitucionalidade, a qual afirmou existir na hipótese de limitação ao quantitativo de motoristas atuantes. Refutou possível medida similar à exigência de alvará para táxis. Mencionou o amplo acesso ao transporte por aplicativos, dando o exemplo de mães e pais de crianças com deficiência, e disse que os direitos de uma minoria não poderiam ser privilegiados em prejuízo de toda a sociedade. Apontou a grande aceitação do serviço por aplicativos. Lembrou que haveria eleição no ano seguinte e afirmou que sua categoria lutaria contra eventual inconstitucionalidade. Dando seguimento à Tribuna Popular, o senhor Adalberto Teixeira, gestor da Arena Periperi, contou sobre a luta dos moradores do bairro por seu estádio, afirmando que "forças ocultas" atuavam pela construção de um supermercado no lugar do equipamento esportivo, mesmo já tendo a CMS aprovado, à unanimidade, Indicação em favor do estádio. Pediu apoio aos vereadores, explicando que enfrentavam um forte poder econômico. Agradeceu a todos os edis, destacando os vereadores Teo Senna, Aladilce Souza e Marta

Rodrigues. Explicou que sua luta não era partidária e que não fechariam a Avenida Suburbana porque sua comunidade seria prejudicada, porém saberiam lutar pela causa, fechando A Arena se necessário. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Lorena Brandão disse já ter ficado claro para a CMS que limitar o quantitativo de motoristas de aplicativos seria inconstitucional, segundo firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Pôs-se contra a restrição de carros com placa de Salvador nesse serviço, observando que muitos profissionais alugavam carros alheios. Disse que a exigência de alvará para esses motoristas era inconstitucional, expondo sobre medidas a eles aplicáveis. Declarou apoio aos motoristas de aplicativos e de táxi. A vereadora Aladilce Souza afirmou a necessidade de segurança para se tratar dos motoristas de aplicativos e dos taxistas, mencionando um projeto sobre os taxistas que ainda não chegara à Casa. Disse que havia 48 novas Emendas ao Projeto dos aplicativos, sobre as quais, no dia seguinte, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se debruçaria. Lembrou ser antiga a luta da Arena Periperi e pediu o apoio do vereador Teo Senna, por ser próximo ao prefeito e atuante nos esportes. Afirmou que um supermercado poderia ir para qualquer local, diferente do estádio. O vereador Teo Senna disse que os vereadores deveriam buscar soluções positivas para os motoristas de aplicativos e os de táxi. Explicou que a "Arena" Periperi era um conceito criado na gestão do ex-prefeito João Henrique e que se buscava a construção de um estádio municipal para atender à comunidade local, com variadas modalidades esportivas para seus jovens. Sugeriu que o Governo do Estádio, no bojo do projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), no Subúrbio, adotasse o estádio, pedindo, sobre isso, o apoio da vereadora Aladilce Souza, a quem se declarou unido nessa luta. O senhor presidente convidou para a Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão de Salvador ao secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues Souza, irmão da vereadora Marta Rodrigues, a qual se realizaria às 19h. O vereador Cezar Leite deu exemplos hipotéticos para defender a impropriedade de limitação, pelo poder público, à atividade econômica, afirmando que isso apenas

encarece e torna ruins os serviços privados, e criticando as regras restritivas aos motoristas de aplicativos. Afirmou ainda que, pela livre-iniciativa, às vezes um táxi era mais barato do que um carro do aplicativo Uber. O senhor presidente comentou sobre a votação do Projeto dos motoristas de aplicativos na próxima quarta-feira, esclarecendo que não havia, entre os edis, posições contrárias a qualquer categoria de motorista. Contou sobre conversa com o vereador Alfredo Mangueira e expôs a necessidade de modulação dos entendimentos entre as duas categorias de motoristas, observando que nem sempre se obtinha tudo aquilo que era almejado. Defendeu que ambas as categorias fossem atendidas com o Projeto. O vereador Marcos Mendes defendeu o equilíbrio e disse que havia 54 Emendas sobre o Projeto dos motoristas de aplicativos, receando uma votação açodada e propondo que a votação não acontecesse nesta quarta-feira. Disse que milhares de famílias de motoristas poderiam ser prejudicadas e que era necessário haver responsabilidade a respeito. Contou que, quando morava em Itacaranha, frequentava o estádio de Periperi e defendeu as atividades esportivas ali realizadas. O senhor presidente disse que o vereador Marcos Mendes era aliado e, também, fiscal da Presidência, e expôs haver uma sequência de prioridades a serem atendidas, o que impedia que deixassem de votar o Projeto na quarta-feira. Explicou que votariam o Veto que sobrestava a pauta e, na sequência, o Projeto dos aplicativos. O vereador Luiz Carlos Suíca lembrou denúncia que fizera sobre empresa prestadora de serviço na Prefeitura e na CMS. Considerou que não havia margem para se postergar a votação do Projeto dos motoristas e observou o desemprego na Cidade. Destacou a situação dos motoristas de táxi auxiliares, expondo que o dono de táxi que assassinara um motorista auxiliar morava em condomínio de luxo. Defendeu o estádio de Periperi pelo vetor de socialização que trazia. O vereador Alexandre Aleluia expôs sua intensa atuação, como presidente da CCJ, sobre o Projeto dos motoristas de aplicativos. Disse que não prejulgaria qualquer emenda e que sua posição era em defesa da constitucionalidade e da livre-iniciativa, sem qualquer viés ideológico e por uma

perspectiva de cuidar das pessoas. Citou a frase em latim no brasão da CMS, a qual se referia a uma pomba que olhou para trás e, ao ver prosperidade, retornou a Salvador. No **Pinga-Fogo**, a vereadora Marta Rodrigues disse que as Comissões de Finanças e Orçamento, e de Transporte, Trânsito e Serviços Municipais se reuniriam conjuntamente, no dia seguinte, sobre as Emendas ao Projeto dos motoristas. Afirmou a necessidade de os vereadores ouvirem as pessoas para apreciarem corretamente sua realidade, mencionando audiência pública que promovera sobre o estádio de Periperi, cuja importância destacou, criticando a perspectiva de instalação de supermercado em seu lugar. O vereador Sérgio Nogueira contou ter estado com o prefeito na convocação de médicos aprovados em concurso da Prefeitura, elogiando o gestor. Disse que o PT trairia a si próprio com sua candidatura na próxima eleição municipal. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha disse que não se poderia afirmar quem seria o candidato do PT e defendeu que a maioria da Cidade fosse representada no poder. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Demétrio Oliveira e Henrique Carballal.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO